

Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

PROPOSTA N.º 625/2016

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a minuta de adenda aos Contratos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, bem como aprovar as respetivas transferências de verbas

Pelouro: Direitos Sociais

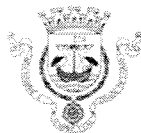
Serviço: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando:

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) atribuiu aos municípios, no n.º 1 do seu artigo 14.º, competências diversas no domínio do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.), designadamente no que concerne à disponibilização de meios necessários ao seu funcionamento;

Nesse sentido a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a celebração de contratos de delegação dessas competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental, respetivamente, conforme Deliberação n.º 99/AML/2014, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 99/AML/2014, de 29 Maio de 2014;

Na Cláusula 2.ª dos referidos contratos encontram-se tipificados os principais apoios assegurados directamente pelas Juntas de Freguesia às C.P.C.J., por via da delegação, podendo os mesmos ser objeto de alargamento por constatação de necessidades



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

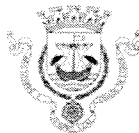
supervenientes, designadamente ao abrigo do previsto na sua Cláusula 7.º (aditamentos ao contrato);

As C.P.C.J. têm vindo a assinalar, de forma persistente, a necessidade de lhes ser proporcionado, mesmo que em regime de tempo parcial, apoio jurídico suplementar, em especial na componente processual, apoio esse que pode também ser garantido pelas Juntas de Freguesia;

Importa, assim, ampliar, através de aditamento, a tipologia dos apoios referidos na Cláusula 2.ª dos contratos de delegação de competências, de forma a que nelas se inclua expressamente o apoio jurídico de que as C.P.C.J. carecem, transferindo-se para as Juntas de Freguesia os recursos financeiros que ao caso cabem e que correspondem a cerca de € 12.500,00, para cada, até ao final do mandato autárquico, por correspondência ao termo de vigência dos próprios contratos (Cláusula 8.ª dos mesmos);

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, do n.º 2 do artigo 117.º, do n.º 1 do artigo 120.º e do artigo 131.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A adenda aos contratos de delegação de competências celebrados com as juntas de freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental, respetivamente, nos termos da minuta anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante;
- b) Em consequência, a transferência para cada uma das juntas de freguesia referidas, em 2016, no valor de € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros),



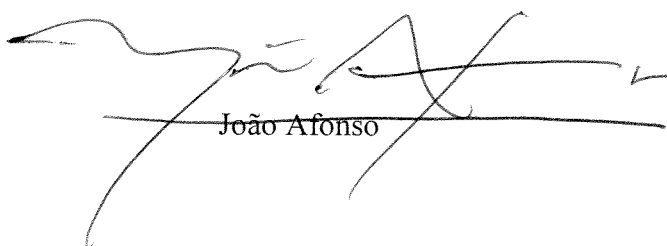
Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

para suporte dos encargos decorrentes dos aditamentos até ao final do mandato autárquico, por correspondência ao termo de vigência dos próprios contratos.

Esta despesa tem cabimento na Ação-Plano C3.P001.06 da Rubrica 04.05.01.01.02 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

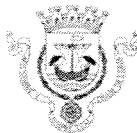
Lisboa, 21 de julho de 2016

O Vereador



João Afonso

Anexo: Minuta de adenda aos contratos de delegação de competências, no âmbito do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

DACM
Prop. n.º 425/H6
Fls. _____

Anexo

(minuta)

Adenda ao Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de
no âmbito do apoio logístico à comissão de crianças e jovens Lisboa ...

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa colectiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais, nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro;

E

A **Junta de Freguesia de ...**, com sede em ..., pessoa colectiva n.º ..., representada pelo Senhor Presidente da Junta, ..., de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é celebrada a presente **Adenda** ao Contrato de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de ... no âmbito do apoio logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Lisboa ... (CPCJ Lisboa ...), outorgado em .../.../..., aditamento que se consubstanciará numa alteração à alínea i) do n.º 1 da sua Cláusula 2.ª, que passa a ter a seguinte redação:



Âmbito do apoio logístico

- a) (anterior redacção);
- b) (anterior redacção);
- c) (anterior redacção);
- d) (anterior redacção);
- e) (anterior redacção);
- f) (anterior redacção);
- g) (anterior redacção);
- h) (anterior redacção);
- i) Apoio jurídico e outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse da CML e outro na posse da Junta de Freguesia.

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia

<http://www.elsevier.com/locate/jmb>



DACM
Prop. n.º 425/2016
Fls. _____

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA,
NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA
ORIENTAL**

Entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, representado pelo Senhor Vereador João Afonso, com competência delegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2º Suplemento do B.M. n.º 1030, de 14 de Novembro de 2013, de ora em diante designado por C.M.L.,

E

A **Junta de Freguesia de Marvila**, com sede na Av. João Paulo II, Lote 526, 1º A, Lisboa, pessoa coletiva n.º 507330609, representada pelo Senhor Presidente da Junta, Abelarmino Silva, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Arroios no âmbito do apoio logístico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) sediada na freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 2ª

Âmbito do apoio logístico

1 - No apoio logístico a prestar à C.P.C.J. são assegurados pela Junta de Freguesia os encargos decorrentes de:

- a) Afetação de um funcionário administrativo;
- b) Deslocações, nomeadamente despesas de táxi, transportes públicos, portagens, aquisição/aluguer de viatura e respetiva manutenção;
- c) Equipamentos informáticos, nomeadamente despesas com aquisição, manutenção, reparação e assistência técnica de hardware e software, incluindo acessórios/periféricos, impressora, fax, fotocopiadora, equipamento multifunções e respetivos consumíveis;
- d) Comunicações, nomeadamente despesas de aquisição e manutenção de equipamentos de telefones e telemóveis, assinaturas, chamadas, expediente dos CTT e ligação à internet, assim como todo o tipo de planos de dados ou voz;
- e) Material de escritório e economato, nomeadamente papel, canetas, lápis, borrachas, agraphadores, agraphos, cliques, micas, caixas francesas, capas plásticas, colas, fitas-cola, corretores, pen's (flash drives), dossiers, blocos post-it, tesouras, fichas triplas, lâmpadas, CD's e DVD's, blocos de notas, suportes de canetas, saca-agraphos, separadores, etc;
- f) Equipamentos de climatização, nomeadamente aquisição, instalação e respetiva manutenção;
- g) Serviço/equipamento de vigilância considerado o adequado à C.P.C.J. (vigilância humana e/ou vídeo vigilância, alarmes), designadamente no que concerne à respetiva contratualização/aquisição, instalação, manutenção, ligação a central recetora de alarmes e respetiva monitorização do sistema, entre outras despesas análogas;
- h) Serviços de limpeza do espaço onde se encontre sedeadada a C.P.C.J., assim como da aquisição de todos os produtos e equipamentos de higiene necessários, incluindo da reposição de consumíveis;
- i) Outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Todo o equipamento informático que venha a ser adquirido para a C.P.C.J. no âmbito da presente delegação de competências e com verbas da C.M.L. é propriedade do Município de Lisboa, ficando na posse da C.P.C.J. em questão enquanto a delegação vigorar.

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá anualmente para a Junta de Freguesia, durante o período de vigência do presente Contrato, o montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), fracionado e transferido em quatro parcelas, tendencialmente coincidentes com os quatro trimestres anuais.

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

1 - A Junta de Freguesia apresentará trimestralmente relatórios que demonstrem a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.

2 - Os relatórios mencionados no número anterior deverão ser entregues, no prazo de 20 dias após o termo do trimestre a que se referem, ao Vereador com Pelouro do Direitos Sociais.

3 - Os relatórios deverão conter os seguintes elementos:

- a) Discriminação das atividades executadas e respetivos custos;
- b) Mapas de despesas e de saldos, aos quais devem ser juntas cópias dos comprovativos da realização daquelas.

4 - A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatórios referidos no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.

5 - A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, que as atividades e/ou investimentos em curso decorrem de Contrato de delegação de competências da C.M.L., sem prejuízo de referência às demais entidades intervenientes no âmbito da C.P.C.J., com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre a C.M.L. e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

1 - O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.

2 - No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada pelos serviços da C.M.L. informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.

3 - A C.M.L. pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à mera suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 3ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, sempre que haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

1 - O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até final do atual mandato dos Órgãos Autárquicos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.

3 - Sem prejuízo do referido no número 1 da presente Cláusula, a verba a transferir no corrente ano reporta-se às despesas efetuadas no âmbito da matéria delegada no período de Janeiro a Dezembro de 2014.

Cláusula 9ª


Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de Novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

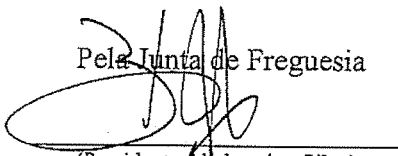
Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 24 de junho de 2014

Pelo Município de Lisboa


(Vereador João Afonso)

Pela Junta de Freguesia


(Presidente Abelarmino Silva)



DACM
Prop. n.º 125/2016
Fls. _____

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CARNIDE,
NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA
NORTE**

Entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, representado pelo Senhor Vereador João Afonso, com competência delegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2º Suplemento do B.M. n.º 1030, de 14 de Novembro de 2013, de ora em diante designado por C.M.L.,

E

A **Junta de Freguesia de Carnide**, com sede no Largo das Pimenteiras, n.º 6, Lisboa, pessoa coletiva n.º 505207117, representada pelo Senhor Presidente da Junta, Dr. Fábio Martins de Sousa, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Arroios no âmbito do apoio logístico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) sediada na freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 2ª

Âmbito do apoio logístico

1 - No apoio logístico a prestar à C.P.C.J. são assegurados pela Junta de Freguesia os encargos decorrentes de:

- a) Afetação de um funcionário administrativo;
- b) Deslocações, nomeadamente despesas de táxi, transportes públicos, portagens, aquisição/aluguer de viatura e respetiva manutenção;
- c) Equipamentos informáticos, nomeadamente despesas com aquisição, manutenção, reparação e assistência técnica de hardware e software, incluindo acessórios/periféricos, impressora, fax, fotocopiadora, equipamento multifunções e respetivos consumíveis;
- d) Comunicações, nomeadamente despesas de aquisição e manutenção de equipamentos de telefones e telemóveis, assinaturas, chamadas, expediente dos CTT e ligação à internet, assim como todo o tipo de planos de dados ou voz;
- e) Material de escritório e economato, nomeadamente papel, canetas, lápis, borrachas, agraphadores, agraphos, cliques, micas, caixas francesas, capas plásticas, colas, fitas-cola, corretores, pen's (flash drives), dossiers, blocos post-it, tesouras, fichas triplas, lâmpadas, CD's e DVD's, blocos de notas, suportes de canetas, saca-agrafos, separadores, etc;
- f) Equipamentos de climatização, nomeadamente aquisição, instalação e respetiva manutenção;
- g) Serviço/equipamento de vigilância considerado o adequado à C.P.C.J. (vigilância humana e/ou vídeo vigilância, alarmes), designadamente no que concerne à respetiva contratualização/aquisição, instalação, manutenção, ligação a central recetora de alarmes e respetiva monitorização do sistema, entre outras despesas análogas;
- h) Serviços de limpeza do espaço onde se encontre sedeadada a C.P.C.J., assim como da aquisição de todos os produtos e equipamentos de higiene necessários, incluindo da reposição de consumíveis;
- i) Outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Todo o equipamento informático que venha a ser adquirido para a C.P.C.J. no âmbito da presente delegação de competências e com verbas da C.M.L. é propriedade do Município de Lisboa, ficando na posse da C.P.C.J. em questão enquanto a delegação vigorar.

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá anualmente para a Junta de Freguesia, durante o período de vigência do presente Contrato, o montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), fracionado e transferido em quatro parcelas, tendencialmente coincidentes com os quatro trimestres anuais.

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

- 1 - A Junta de Freguesia apresentará trimestralmente relatórios que demonstrem a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.
- 2 - Os relatórios mencionados no número anterior deverão ser entregues, no prazo de 20 dias após o termo do trimestre a que se referem, ao Vereador com Pelouro do Direitos Sociais.
- 3 - Os relatórios deverão conter os seguintes elementos:
 - a) Discriminação das atividades executadas e respetivos custos;
 - b) Mapas de despesas e de saldos, aos quais devem ser juntas cópias dos comprovativos da realização daquelas.
- 4 - A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatórios referidos no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.
- 5 - A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, que as atividades e/ou investimentos em curso decorrem de Contrato de delegação de competências da C.M.L., sem prejuízo de referência às demais entidades intervenientes no âmbito da C.P.C.J., com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.



Handwritten signature
Blotup

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre a C.M.L. e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

1 - O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.

2 - No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada pelos serviços da C.M.L. informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.

3 - A C.M.L. pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à mera suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 3ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, sempre que haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

1 - O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até final do atual mandato dos Órgãos Autárquicos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.

3 - Sem prejuízo do referido no número 1 da presente Cláusula, a verba a transferir no corrente ano reporta-se às despesas efetuadas no âmbito da matéria delegada no período de Janeiro a Dezembro de 2014.

Cláusula 9ª

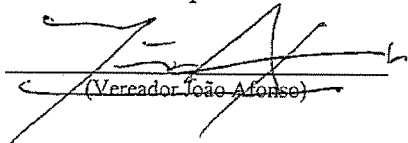
Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de Novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 30 de Junho de 2014

Pelo Município de Lisboa


(Vereador João Afonso)

Pela Junta de Freguesia


(Presidente Fábio Martins de Sousa)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DACM
Prop. n.º 423/2016
F/s. _____
9/11

**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPO DE
OURIQUE,
NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA
OCIDENTAL**

Entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, representado pelo Senhor Vereador João Afonso, com competência delegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2º Suplemento do B.M. n.º 1030, de 14 de Novembro de 2013, de ora em diante designado por C.M.L.,

E

A **Junta de Freguesia de Campo de Ourique**, com sede na Rua Azedo Gneco, n.º 84, 2º andar, Lisboa, pessoa coletiva n.º 510856888, representada pelo Senhor Presidente da Junta, Dr. Pedro Cegonho, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Campo de Ourique no âmbito do apoio logístico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) sediada na freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

97

Cláusula 2ª

Âmbito do apoio logístico

1 - No apoio logístico a prestar à C.P.C.J. são assegurados pela Junta de Freguesia os encargos decorrentes de:

- a) Afetação de um funcionário administrativo;
- b) Deslocações, nomeadamente despesas de táxi, transportes públicos, portagens, aquisição/aluguer de viatura e respetiva manutenção;
- c) Equipamentos informáticos, nomeadamente despesas com aquisição, manutenção, reparação e assistência técnica de hardware e software, incluindo acessórios/periféricos, impressora, fax, fotocopadora, equipamento multifunções e respetivos consumíveis;
- d) Comunicações, nomeadamente despesas de aquisição e manutenção de equipamentos de telefones e telemóveis, assinaturas, chamadas, expediente dos CTT e ligação à internet, assim como todo o tipo de planos de dados ou voz;
- e) Material de escritório e economato, nomeadamente papel, canetas, lápis, borrachas, agraphadores, agraphos, cliques, micas, caixas francesas, capas plásticas, colas, fitas-cola, corretores, pen's (flash drives), dossiers, blocos post-it, tesouras, fichas triplas, lâmpadas, CD's e DVD's, blocos de notas, suportes de canetas, saca-agraphos, separadores, etc;
- f) Equipamentos de climatização, nomeadamente aquisição, instalação e respetiva manutenção;
- g) Serviço/equipamento de vigilância considerado o adequado à C.P.C.J. (vigilância humana e/ou vídeo vigilância, alarmes), designadamente no que concerne à respetiva contratualização/aquisição, instalação, manutenção, ligação a central recetora de alarmes e respetiva monitorização do sistema, entre outras despesas análogas;
- h) Serviços de limpeza do espaço onde se encontre sedeadada a C.P.C.J., assim como da aquisição de todos os produtos e equipamentos de higiene necessários, incluindo da reposição de consumíveis;
- i) Outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

[Handwritten signature]

2 - Todo o equipamento informático que venha a ser adquirido para a C.P.C.J. no âmbito da presente delegação de competências e com verbas da C.M.L. é propriedade do Município de Lisboa, ficando na posse da C.P.C.J. em questão enquanto a delegação vigorar.

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá anualmente para a Junta de Freguesia, durante o período de vigência do presente Contrato, o montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), fracionado e transferido em quatro parcelas, tendencialmente coincidentes com os quatro trimestres anuais.

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

1 - A Junta de Freguesia apresentará trimestralmente relatórios que demonstrem a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.

2 - Os relatórios mencionados no número anterior deverão ser entregues, no prazo de 20 dias após o termo do trimestre a que se referem, ao Vereador com Pelouro do Direitos Sociais.

3 - Os relatórios deverão conter os seguintes elementos:

- a) Discriminação das atividades executadas e respetivos custos;
- b) Mapas de despesas e de saldos, aos quais devem ser juntas cópias dos comprovativos da realização daquelas.

4 - A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatórios referidos no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.

5 - A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, que as atividades e/ou investimentos em curso decorrem de Contrato de delegação de competências da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

C.M.L., sem prejuízo de referência às demais entidades intervenientes no âmbito da C.P.C.J., com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre a C.M.L. e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

- 1 - O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.
- 2 - No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada pelos serviços da C.M.L. informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.
- 3 - A C.M.L. pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à mera suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 3ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, sempre que haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

- 1 - O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até final do atual mandato dos Órgãos Autárquicos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.

3 - Sem prejuízo do referido no número 1 da presente Cláusula, a verba a transferir no corrente ano reporta-se às despesas efetuadas no âmbito da matéria delegada no período de Janeiro a Dezembro de 2014.

Cláusula 9ª

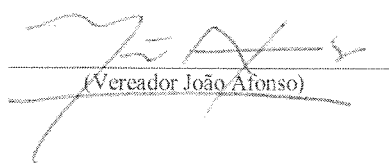
Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de Novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

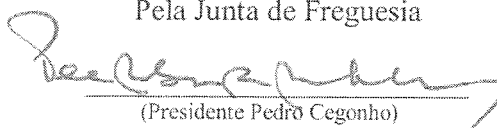
Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 13 de Novembro de 2014

Pelo Município de Lisboa


(Vereador João Afonso)

Pela Junta de Freguesia


(Presidente Pedro Cegonho)



DACM
Prop. n.º 425/2016
Fls. _____
PM

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA
CENTRO**

Entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, representado pelo Senhor Vereador João Afonso, com competência delegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2º Suplemento do B.M. n.º 1030, de 14 de Novembro de 2013, de ora em diante designado por C.M.L.,

E

A **Junta de Freguesia de Arroios**, com sede na Rua Maria da Fonte – Mercado Forno do Tijolo, Lisboa, pessoa coletiva n.º 510832890, representada pela Senhora Presidente da Junta, Dra. Margarida Martins, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Arroios no âmbito do apoio logístico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) sediada na freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 2ª

Âmbito do apoio logístico

1 - No apoio logístico a prestar à C.P.C.J. são assegurados pela Junta de Freguesia os encargos decorrentes de:

- a) Afetação de um funcionário administrativo;
- b) Deslocações, nomeadamente despesas de táxi, transportes públicos, portagens, aquisição/aluguer de viatura e respetiva manutenção;
- c) Equipamentos informáticos, nomeadamente despesas com aquisição, manutenção, reparação e assistência técnica de hardware e software, incluindo acessórios/periféricos, impressora, fax, fotocopadora, equipamento multifunções e respetivos consumíveis;
- d) Comunicações, nomeadamente despesas de aquisição e manutenção de equipamentos de telefones e telemóveis, assinaturas, chamadas, expediente dos CTT e ligação à internet, assim como todo o tipo de planos de dados ou voz;
- e) Material de escritório e economato, nomeadamente papel, canetas, lápis, borrachas, agraphadores, agraphos, cliques, micas, caixas francesas, capas plásticas, colas, fitas-cola, corretores, pen's (flash drives), dossiers, blocos post-it, tesouras, fichas triplas, lâmpadas, CD's e DVD's, blocos de notas, suportes de canetas, saca-agraphos, separadores, etc;
- f) Equipamentos de climatização, nomeadamente aquisição, instalação e respetiva manutenção;
- g) Serviço/equipamento de vigilância considerado o adequado à C.P.C.J. (vigilância humana e/ou vídeo vigilância, alarmes), designadamente no que concerne à respetiva contratualização/aquisição, instalação, manutenção, ligação a central recetora de alarmes e respetiva monitorização do sistema, entre outras despesas análogas;
- h) Serviços de limpeza do espaço onde se encontre sedeadada a C.P.C.J., assim como da aquisição de todos os produtos e equipamentos de higiene necessários, incluindo da reposição de consumíveis;
- i) Outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

2 - Todo o equipamento informático que venha a ser adquirido para a C.P.C.J. no âmbito da presente delegação de competências e com verbas da C.M.L. é propriedade do Município de Lisboa, ficando na posse da C.P.C.J. em questão enquanto a delegação vigorar.

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá anualmente para a Junta de Freguesia, durante o período de vigência do presente Contrato, o montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), fracionado e transferido em quatro parcelas, tendencialmente coincidentes com os quatro trimestres anuais.

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

1 - A Junta de Freguesia apresentará trimestralmente relatórios que demonstrem a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.

2 - Os relatórios mencionados no número anterior deverão ser entregues, no prazo de 20 dias após o termo do trimestre a que se referem, ao Vereador com Pelouro do Direitos Sociais.

3 - Os relatórios deverão conter os seguintes elementos:

- a) Discriminação das atividades executadas e respetivos custos;
- b) Mapas de despesas e de saldos, aos quais devem ser juntas cópias dos comprovativos da realização daquelas.

4 - A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatórios referidos no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.

5 - A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, que as atividades e/ou investimentos em curso decorrem de Contrato de delegação de competências da C.M.L., sem prejuízo de referência às demais entidades intervenientes no âmbito da C.P.C.J., com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Handwritten initials: JH and DM

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre a C.M.L. e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

1 - O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.

2 - No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada pelos serviços da C.M.L. informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.

3 - A C.M.L. pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à mera suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 3ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, sempre que haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

1 - O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até final do atual mandato dos Órgãos Autárquicos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.

3 - Sem prejuízo do referido no número 1 da presente Cláusula, a verba a transferir no corrente ano reporta-se às despesas efetuadas no âmbito da matéria delegada no período de Janeiro a Dezembro de 2014.

Cláusula 9ª

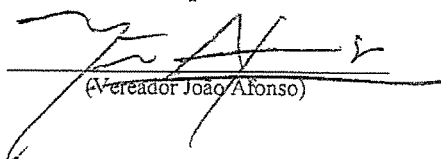
Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de Novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

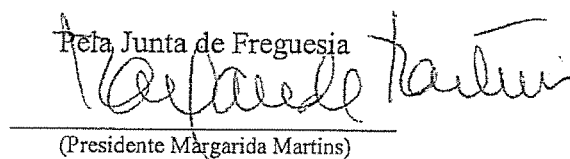
Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 26 de junho de 2014

Pelo Município de Lisboa


(Vereador João Afonso)

Pela Junta de Freguesia


(Presidente Margarida Martins)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte N° 500 051 070

ORÇAMENTO 2016
Data Lanç.: 12.07.2016
Data Doc.: 12.07.2016
Doc. Origem: DRAFT PROPOSTA
Descrição: Adit° PDC apoio Jurídico/CPCJ - J.FREG.ARROIOS
Orgânica: L15.00
DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

N° Cabimento: 5316005648
NUP: 616003877

Funcional: _____

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
04.05.01.01.02	C3.P001.06	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	140.000,00	50.000,00	12.500,00	37.500,00
Totais		140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	140.000,00	50.000,00	12.500,00	37.500,00

Total do Valor Cabimentado 12.500,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____
Contrato Escrito Exigido [] Não Exigido []
Visto Tribunal de Contas Exigido [] Não Exigido []
Comunicação Adicional T. C. Exigido [] Não Exigido []

DACM
Prop.n.º 425/2016
Fls. _____

Data: 12.07.2016 Hora: 16:45:13
Pág: 1 / 1

Util: HBENTO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 12.07.2016

Data Doc.: 12.07.2016

Doc. Origem: DRAFT PROPOSTA

Descrição: Aditº PDC apoio Jurídico/CPCJ - J.FREG.C.OURIQUE

Orgânica: L15.00 DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Nº Cabimento: 5316005649

NUP: 616003877

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
04.05.01.01.02	C3.P001.06	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	152.500,00	37.500,00	12.500,00	25.000,00
	Totais	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	152.500,00	37.500,00	12.500,00	25.000,00

Total do Valor Cabimentado 12.500,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido

Exigido

Exigido

[]

[]

[]

Não Exigido

Não Exigido

Não Exigido

[]

[]

[]

DACM
Prop.n.º 425/2016
Fls. _____

Data: 12.07.2016 Hora: 16:46:16

Pág: 1 / 1

Util: HBENTO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 12.07.2016

Data Doc.: 12.07.2016

Doc. Origem: DRAFT PROPOSTA

Descrição: Aditº PDC apoio Jurídico/CPCJ - J.FREG.CARNIDE

Orgânica: L15.00

DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Nº Cabimento: 5316005650

NUP: 616003877

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
04.05.01.01.02	C3.P001.06	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	165.000,00	25.000,00	12.500,00	12.500,00
	Totais	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	165.000,00	25.000,00	12.500,00	12.500,00

Total do Valor Cabimentado 12.500,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Exigido

[]

Não Exigido

[]

Visto Tribunal de Contas

Exigido

[]

Não Exigido

[]

Comunicação Adicional T. C.

Exigido

[]

Não Exigido

[]

DACM
Prop.n.º 425/2016
Fls. _____

Data: 12.07.2016

Hora: 16:48:01

Pág: 1 / 1

Util: HBENTO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 12.07.2016

Data Doc.: 12.07.2016

Doc. Origem: DRAFT PROPOSTA

Descrição: Aditº PDC apoio Jurídico/CPCJ - J.FREG.MARVILA

Orgânica: L15.00 DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Nº Cabimento: 5316005651

NUP: 616003877

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
04.05.01.01.02	C3.P001.06	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	177.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00
	Totais	140.000,00	85.000,00	225.000,00	35.000,00	177.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00

Total do Valor Cabimentado 12.500,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido

Exigido

Exigido

[]

[]

[]

Não Exigido

Não Exigido

Não Exigido

[]

[]

[]

DACM
Prop.n.º 425/2016
Fls. _____

Data: 12.07.2016 Hora: 16:51:55

Pág: 1 / 1

Util: HBENTO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Departamento para os Direitos Sociais
Divisão para a Intervenção Social

DACM
Prop. n.º 425/2016
Fls. _____

Exma Senhora
Drª Célia Tereso
Chefe de Divisão para a Intervenção Social

Informação n.º
INF/191/DDS/DIS/16

Data
11-07-2016

Assunto: Necessidade de Apoio Jurídico as CPCJ

Informação

Conforme orientação superior, pretende-se levar a Reunião de Câmara uma Proposta de Aditamento para contratação de juristas para apoio às CPCJ do Município de Lisboa, conforme INF/115/DDS/DIS/16 de que se junta cópia..

Propõe-se o cabimento de verba no valor de 50.000,00€, que prevê o pagamento anual desse apoio jurídico.

Esta despesa enquadra-se na Rubrica 04.05.01.01.02 de Acção Plano C3P001.06 da Orgânica 15.00 (662.42320)

À consideração Superior

A Psicóloga.

Gisela Ferreira

Despacho

Ma. Duíma,

Decorrente do despacho

exarado pelo m.

Venador na Inf. 1151

DES:1 DES/16, no sentido

de que possa ser

conjuntamente com os

ms. Presidentes de Junta

de Freguesia, equacionado

ao amio do atual

contrato de duração

de competências, ^{atua 1)} o retorno

de técnicos juristas nas

4 epof, propõe-se que

passa em Cabimentado

para o efeito o valor

de 50.000,00 €, para posterior

submissão da proposta a reunião de em. m.

Propõe-se o envio ao

núcleo de contabilidade.

10 / 07 / 2016
A Chefe de Divisão

Luísa Teixeira
Celia Tereso
Divisão para a Intervenção Social
Ordinário para os Direitos Sociais

4º N. Contabilidade
para cabimento e
pedido de DFD.

12 / 07 / 16
A Diretora de Departamento

Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

O pedido de DFD sua solicitação
em PARE de 12/07/2016

João Bento
12-07-2016
(ET 133)

foi recebido pelo
Afonso,

Concordo com o
proposto.

Remete-se a
consideração superior
o agendamento em
reunião de câmara.

14 / 07 / 16
A Diretora de Departamento

Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

Sr. Susana Ramos,
foram efectuados os seguintes registos
e sistema SAP: (que se anexam)

1) NUP-616003877, com valor de 50000€.

2) Cabimentos:

2.1) CASP 5316005648-D J.F. Amorim, com
valor de 12.500,00€. (C.F. 143248)

2.2.) CASP. 5316005649-D J.F. Campos Queiroz
com valor de 12.500,00€. (C.F. 143246)

2.3.) CASP. 5316005650-D J.F. Caminha com valor
de 12.500,00€ (C.F. 110582)

2.4.) CASP. 5316005651-D J.F. Namita com valor
de 12.500,00€. (C.F. 110588)



Câmara Municipal de Lisboa

Departamento para os Direitos Sociais

Divisão para a Intervenção Social

DACM
Prop. n.º 425/2016
Fls. _____

Exma. Senhora
Dra. Célia Tereso
Chefe da Divisão para a Intervenção Social

Informação n.º
INF/115/DDS/DIS/16

Data
26-04-2016

Assunto: Necessidade de Apoio Jurídico às CPCJ

Informação

Despacho

Enquadramento Jurídico das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

ma. Duília,

O Regime jurídico das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), encontra-se estatuído na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2001 e está regulamentada através do DL n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro.

concordo com o proposto.

Através das portarias n.º 1226-GF/2000, n.º 1226-GG/2000, n.º 1226-GH/2000 e n.º 1226-GI/2000, todas de 30 de Dezembro, foram criadas respectivamente as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens Lisboa Centro; Lisboa Ocidental; Lisboa Norte e Lisboa Oriental.

Propõe-se que possam ser assumidas as funções

de Jurema para que se mantenha a viabilidade deste apoio.

Em 10 de Janeiro de 2001, através da assinatura de um Protocolo tripartido entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, o Ministério da Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi operacionalizada a participação dos Municípios portugueses nas CPCJs.

se continuará a ser.

03.05/2016
A Chefe de Divisão

Célia Tereso
Célia Tereso
Divisão para a Intervenção Social
Departamento para os Direitos Sociais

Enquadramento actual:

Presentemente e com a reestruturação das Juntas de Freguesia, as competências das CPCJ, estatuídas ao abrigo das disposições conjuntas da

Às vereadoras Joana
Afonso,

Concordo com o
proposto, seguindo
reunião com o
Sr. (a) presidente
de junta para
auscultar as
hipóteses.

06/05/16
A Diretora de Departamento
Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

Da Sra. Susana

Concordo com o
proposto, devendo
ser marcada
reunião para
esclarecimento dos
objectivos, sendo
na convocatória
exposto o pretendido

2016/05/13

João Carlos Afonso

Às Ds. paes
preparar convocatória

17/05/16
A Diretora de Departamento
Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

A Dna. Gilda

Para preparar convocatória.
A indicação de data será
dada posteriormente, pelo
G. J. A.

19/05/2016
A Chefe de Divisão

Célia Teresa
Divisão para a Intervenção Social
Departamento para os Direitos Sociais

À D.ª Célia
junto de 169/170/171/172/DDS/DI
com convocatória a enviar
às juntas.

À consideração superior
K. B. M. M.
31/5/16



Câmara Municipal de Lisboa

Departamento para os Direitos Sociais

Divisão para a Intervenção Social

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, do DL n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro, e demais diplomas legais em vigor, encontram-se delegadas na Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no que respeita à CPCJ Ocidental, na Junta de Freguesia de Marvila, no que respeita à CPCJ Oriental, na Junta de Freguesia de Carnide, no que respeita à CPCJ Norte e na Junta de Freguesia de Arroios no que respeita à CPCJ Lisboa Centro.

Através da Proposta n.º 138/2014 de 23 de Abril, foi aprovado submeter à Assembleia Municipal a proposta de celebração de contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia supra mencionadas.

Prevendo-se para o efeito a transferência para cada Junta de Freguesia do montante anual de 35.000,00€ perfazendo um total de 140.000,00€.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi celebrado um Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesias no âmbito do apoio logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, onde consta alteração às Cláusulas 3.ª e 4.ª.

No exercício das suas funções, as CPCJ têm-se deparado com algumas dificuldades decorrentes do volume processual, nomeadamente pela falta de técnicos a 100% e também pelo facto de não existirem representantes com licenciatura em Direito, tendo que recorrer aos Senhores Procuradores quando surge alguma dúvida da interpretação da Lei ou é necessário redigir algum texto mais complexo, bem como do contributo de um jurista na apreciação geral dos processos.

Neste sentido apenas a CPCJ Norte tem um representante da Segurança Social a 100% com licenciatura em Direito, sendo a Presidente da CPCJ Norte.

No que diz respeito à CML, nomeadamente o Departamento para os Direitos

ma. D. D. D. D. D.

*Respeita o curso de
minuta de convocatória.*

02/05/2016
A Chefe de Divisão

Celia
Célia Teresa
Divisão para a Intervenção Social
Departamento para os Direitos Sociais

*foi recebido para
Aprovar,*

Convocação.

Submete-se

à consideração

superior.

03/05/16
A Diretora de Departamento

Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

Concedo,

as

diversas alterações

A env. 20 por

em

2016/05/22
Lúcia Cerqueira

2/4
Verificação

Convites (em anexo) já
enviados por e-mail para
os respectivos residentes
e junta de freguesia em
22/06/2016

[Handwritten signature]

4 Des

24/06/16
A Diretora de Departamento

[Handwritten signature]
Susana Ramos
Departamento para os Direitos Sociais

A Dna. Gisela, / Dna. Fatima.

Para conhecimento

27/06/2016
A Chefe de Divisão

[Handwritten signature]
Célia Tereso
Divisão para a Intervenção Social
Departamento para os Direitos Sociais

T.C. *[Handwritten signature]* 30/6/16
T.E. *[Handwritten signature]* 30/6/2016

A Dna. Gisela / Dna. Fatima,

Para o conhecimento
de vossas.

01/07/2016
A Chefe de Divisão

[Handwritten signature]
Célia Tereso
Divisão para a Intervenção Social
Departamento para os Direitos Sociais



Câmara Municipal de Lisboa

Departamento para os Direitos Sociais

Divisão para a Intervenção Social

Sociais/Divisão para a Intervenção Social averiguou-se da possibilidade de um jurista da CML prestar apoio jurídico às quatro Comissões. Esta pretensão ficou sem efeito, uma vez que não existia na CML um técnico disponível para prestar esse apoio.

Considerando que:

- 1) Na sequência da conjuntura socioeconómica que se vive actualmente no país tem-se verificado um aumento das situações de risco das crianças e jovens, e consequentemente um aumento extraordinário no volume processual das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.
- 2) Para se dar uma resposta adequada, eficaz e célere às diversas situações de risco existentes e latentes, afere-se importante neste contexto excepcional, reforçar as equipas técnicas das CPCJ do Município de Lisboa, no que concerne ao apoio jurídico.
- 3) A CML encetou diligências no sentido de verificar, se no actual quadro, existia disponibilidade para afectação de um técnico desta área, não tendo sido possível até ao momento assegurar a presença de técnico(s) por esta via.

Face ao exposto, propõe-se que possa ser equacionado com as Juntas de Freguesia, que este apoio possa ser assegurado pelas mesmas, com uma afectação dos técnicos de 50% do tempo, devendo a CML, prever dotação orçamental para o efeito.

À consideração superior

A Técnica


Gisela Ferreira



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no Artigo 19.º n.º 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 27 de julho de 2016, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Proposta n.º 416/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Deliberar ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente que aprovou a 16.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11(8PS e 3Ind.)	3(2PPD/PSD e 1CDS/PP)	2(PCP)

Proposta n.º 417/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o deferimento do pedido de alteração à licença das operações de loteamento promovida pela Splendid Return, Lda., a realizar na Calçada Marquês de Abrantes e Largo de Santos, Freguesia da Estrela, que constitui o processo n.º 7/URB/2016, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13(8PS, 3Ind. e 2PCP)	1(CDS/PP)	2(PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 422/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o Programa Municipal das Casas da Cidadania, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 423/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a celebração de Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, com vista à recuperação e revitalização do prédio, sito na Estrada de Benfica, n.º 417-A, no âmbito do projeto municipal “Casas da Cidadania”, bem como aprovar a transferência de verba respetiva, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 424/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa às Associações Internacionais denominadas EIT Health e.V. e EIT Health InnoStars, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 425/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a minuta de adenda aos Contratos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, bem como aprovar as respetivas transferências de verbas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



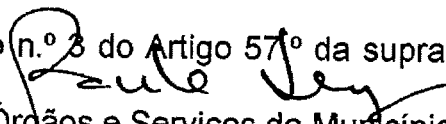
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 435/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

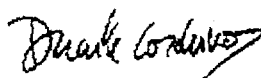
Aprovar a designação do representante do Município no Conselho de Administração do "MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., nos termos da proposta;

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções	Branco
	12	2	2	—

Nos termos do n.º 3 do Artigo 57º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho em Lisboa, aos 27 de julho de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 423/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA, COM VISTA À RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO, SITO NA ESTRADA DE BENFICA, N.º 417-A, NO ÂMBITO DO PROJETO MUNICIPAL “CASAS DA CIDADANIA”, BEM COMO APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA RESPETIVA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 424/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA ÀS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DENOMINADAS EIT HEALTH E.V. E EIT HEALTH INNOSTARS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 425/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DE ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ARROIOS, CAMPO DE OURIQUE, CARNIDE E MARVILA, NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO ÀS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, BEM COMO APROVAR AS RESPETIVAS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos passar ao ponto 16, sendo que o PCP tem questões em relação a um, pelo menos, um ponto, Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

A nossa questão era relativa ao ponto 11, à Proposta de adesão do Município à Associação Internacional *EIT Health*, e *EIT Health InnoStars*, a nossa questão era se esta, não resultou muito claro da leitura da Proposta, se a qualidade de membro da Associação é condição para a participação em projetos de investigação financiados pelo *EIT*.

E até nos acordos de parceria em rede do Instituto Europeu de Tecnologia, e a outra questão era, porque razão não há um centro de colocação em Lisboa? Se isto está previsto nesta fase não há, portanto dos vários que estão previsto, não há, se está previsto poder vir a haver, e já agora, exatamente qual é a função destes centros de colocação? Gostávamos de perceber também, um bocadinho melhor esta, a função destes centros?

Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Bom, a condição de financiamento é, de fato, fazer parte do consórcio, não é?

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...da Associação que dá origem ao consórcio, porque isso é consiste num consórcio, ou seja...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...da Associação, nós participámos na candidatura do consórcio...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...não sendo membro, não havia Associação, ou seja, a Associação surge como resultado da aprovação do consórcio, portanto após a aprovação da candidatura ao consórcio, era necessário constituir a Associação, a verdade é que o modelo de associativo Internacional e depois o próprio subgrupo que nós fazíamos parte do tal *InnoStars*, demorou imenso tempo a sua formalização, e nós sendo uma organização, uma Instituição Pública, só há duas cidades, que é Lisboa e Copenhaga, e o modelo que foi estabelecido, foi sendo tratado, e tratado, e demorou esse tempo todo, mas, ou seja, o consórcio foi aceite, mas subjacente à sua organização, ao seu funcionamento, é necessário a constituição da Associação, portanto temos que estar na Associação.

A segunda pergunta, ou os centros de colocação, a Universidade de Lisboa avançou com uma candidatura, avançou com um processo, com um projeto dum centro de colocação já este ano, que depois se verificou não ter condições para o desenvolver.

O centro de colocação torna mais ágil, e agiliza o desenvolvimento dos processos de investigação, e inclusive o desenvolvimento de projeto, que não desenvolvidos a nível local, ou seja, não propostos a nível local, por outras instituições, possam ser desenvolvidos no centro de colocação, e portanto há a

intenção da Universidade de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa, voltar a desenvolver um centro, criar um centro de colocação em Lisboa, porque é um polo de atração em termos de projetos, e de consórcio, e de parcerias com outras Universidades.

Terceira pergunta, qual era a terceira, desculpe?

Só há estas duas? Pronto, mas de qualquer forma é, temos que estar na Associação, e segundo o centro de colocação é uma missão que temos para a cidade de Lisboa.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado.

Sr. Vereador António Serzedelo.

O Sr. Vereador António Serzedelo: - Porque não aproveitar essa mais-valia Universitária e juntá-lo ao Palácio da Cidadania que acabou de apresentar?

Penso que teria vantagens, porque muitas das organizações que lá vão ter, não têm os técnicos, e os saberes, que esses vindos dessas Universidades podem complementa e dar às organizações não-governamentais, às IPSS que têm alguma falha na contratação desse pessoal, por falta de dinheiro.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado.

Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Sr. Vereador, eu diria que essa questão não, coloca-se mas não numa forma tão direta, uma, aliás uma das grandes vantagens, uma das grandes vantagens que Lisboa tem neste consórcio a nível Europeu, aliás, uma das grandes vantagens que o nosso agrupamento tem, os *InnoStars*, é que de fato somos uma das duas cidades participantes, e este consórcio ganhou por ter uma lógica mais vocacionada, a proposta que foi apresentada, em termos de *power-lt* foi uma proposta de *living lab*, ou seja, laboratório vivo, ou seja numa ligação à comunidade, das propostas em termos de envelhecimento ativo, e em termos de qualidade de vida.

Mais que um projeto centrado nas questões da investigação, do ensino superior, da formação, é ser, essa realidade ser desenvolvida em termos comunitários, em termos da comunidade, e Lisboa é uma das duas cidades possíveis, sendo que uma é uma das cidades mais caras da Europa, a outra não, Copenhaga e Lisboa, e portanto, em termos gerais o local preferencial de investigação e desenvolvimento de processos de conhecimento, pode ser a cidade de Lisboa, e portanto um dos objetivos é esse, aliás, o trabalho depois

em termos de Lisboa é feito num grupo que se chama *L Lmais, Lisbon living pools*, isto é tudo em inglês, mas pronto, e este grupo tem a cidade de Lisboa, a Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora, portanto que me pareça o centro Hospitalar de Lisboa Norte, portanto, o Hospital de Santa Maria, Portugal Telecom, e a Ovion. São estas, e é nesse âmbito que temos de estar a trabalhar, nestas matérias, a propósito disto, e, nós iremos organizar no dia 1 de Outubro, 1, 2 e 3 de Outubro, e depois na semana seguinte, uma iniciativa que estamos a organizar, no âmbito deste projeto, que é o Lisboa idade, e no fundo é uma iniciativa sobre a questão do envelhecimento ativo, e a questão da vida em qualidade, do nascimento até à morte, e que inclui um grande, uma iniciativa aberta ao público, desde o convívio, à reflexão, que faz parte já das atividades do, deste consórcio.

Uma atividade que foi feita em experiência piloto o ano passado, na Holanda, e que este ano vamos fazer aqui em Lisboa, mas depois vamos associar a isto o Congresso Europeu Geriátrico, e o Congresso Europeu Português da Democracia que trabalha, cujo tema é a questão do envelhecimento da população, e é esse conjunto de iniciativas que estamos a desenvolver.

Bom, só para termos uma ideia, nós estamos a falar duma cota anual de financiamento do EITH, caso se consiga formalizar, é esse o nosso objetivo até Setembro, são 180 mil euros só para este festival, portanto a relação custo/benefício está feita quase para o tempo todo da nossa adesão a este consórcio.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem.

Penso que os esclarecimentos estão todos feitos, vamos votar.

Ponto n.º 11, Proposta 424, peço desculpa, que nós agregámos os vários pontos, portanto eu vou anunciar todos os pontos, se tiverem de acordo com a votação em conjunto.

Portanto, estamos a falar do ponto 10, Proposta 423, ponto 11 Proposta 424, 12, Proposta 425, ponto 13, Proposta 426, ponto 14, Proposta 427, ponto 15 Proposta 428, e ponto 16 Proposta 429.

Pergunto aos Srs. Vereadores quem vota contra? Quem se abstém? Foram todas aprovadas por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as propostas de 423 a 429/2016, as quais foram aprovadas por unanimidade.